

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: OLHARES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Sheila Garbulha Tunuchi de Campos¹;

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, São Paulo.

lattes.cnpq.br/3046042793246183

Rosa Aparecida Pinheiro².

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, São Paulo.

lattes.cnpq.br/6292207464385037

RESUMO: O acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior no Brasil é um fenômeno recente, impulsionado significativamente pela inclusão desse público na Lei de Cotas, em 2016. Este trabalho relata uma experiência de prática docente ocorrida em 2025, no curso de Psicologia de uma instituição privada no interior paulista, junto a uma estudante com paralisia cerebral, com ênfase na deficiência física. A metodologia fundamentou-se em pesquisas bibliográfica, descritiva, exploratória e qualitativa. Os resultados indicaram que o estabelecimento de vínculo entre docente e aluna, bem como a compreensão das demandas, foram relevantes para superar barreiras pedagógicas. Além disso, observou-se um efeito positivo no engajamento de outros alunos com diagnósticos como Autismo, Dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Inclusão. Prática.

EXPERIENCE REPORT ON TEACHING PRACTICE IN HIGHER EDUCATION: PERSPECTIVES ON ACCESS AND PERMANENCE FOR STUDENTS WITH DISABILITIES

ABSTRACT: Access for people with disabilities to Higher Education in Brazil is a recent phenomenon, significantly driven by the inclusion of this group in the Quota Law in 2016. This paper reports a teaching practice experience that occurred in 2025 within the Psychology program of a private institution in the interior of São Paulo, involving a student with cerebral palsy, with an emphasis on physical disability. The methodology was based on bibliographic, descriptive, exploratory, and qualitative research. The results indicated that establishing a bond between teacher and student, as well as understanding specific demands, were relevant to overcoming pedagogical barriers. Furthermore, a positive effect was observed in the engagement of other students with diagnoses such as Autism, Dyslexia, and Attention Deficit Hyperactivity Disorder.

KEYWORDS: Higher Education. Inclusion. Practice.

INTRODUÇÃO

A democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil tem passado por transformações profundas nas últimas décadas, deixando de ser um espaço restrito a elites para se tornar um cenário de crescente diversidade. Um dos marcos fundamentais nesse processo foi a atualização da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) que, em 2016, passou a incluir explicitamente pessoas com deficiência. Esse respaldo legal não apenas garantiu o ingresso, mas impôs às instituições de ensino o desafio urgente de repensar suas práticas pedagógicas e estruturas de acessibilidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) consolidou-se como um marco na garantia do direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, representando um avanço fundamental na superação de estigmas e no enfrentamento dos desafios históricos do setor. Além de um marco legal, a Política Nacional de Educação Especial representa a materialização do direito à alteridade, desafiando o sistema educacional a converter barreiras históricas em pontes de acesso, permanência e participação social.

Ao analisarmos os dados do Censo da Educação Superior de 2024, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observamos um crescimento de 119% nas matrículas de estudantes com deficiência, entre 2014 e 2024. Esse aumento, observado tanto em instituições públicas quanto privadas, destaca a prevalência de discentes com deficiência física no panorama da educação superior brasileira. Embora o crescimento quantitativo de discentes com deficiência física denote um avanço na democratização do acesso, ele impõe às instituições o desafio ético de transpor a barreira da matrícula, garantindo que a acessibilidade arquitetônica e atitudinal acompanhe esse novo panorama demográfico. Este salto nos índices de inclusão no último decênio reflete o amadurecimento das políticas afirmativas, evidenciando que a presença da diversidade no ensino superior é o motor necessário para uma formação acadêmica verdadeiramente plural e humana.

Ressalta-se que, a partir das colocações mencionadas, a escrita deste artigo embasou-se nos estudos de Guimarães, Borges e Van Petten (2021), que, somados às percepções da docente e autora do mesmo, tornou-se necessária à sistematização do relato de experiência, o qual fundamenta-se na práxis docente frente aos desafios da Educação Inclusiva na sala de aula do ensino superior.

A trajetória da pesquisadora, que compreende a formação em Pedagogia e a atuação no Atendimento Educacional Especializado (MEC, 2009) com alunos público da Educação Especial, em rede municipal de ensino no interior de São Paulo, motivou a implementação de estratégias pedagógicas, visando conciliar o acolhimento subjetivo da discente, do curso de Psicologia, ao seu pleno desenvolvimento e à sua integração ao grupo de pares.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de documentar estratégias que humanizem o processo de ensino-aprendizagem. Como será discutido, a prática pedagógica voltada a uma estudante com deficiência física, que gerou um “efeito cascata”

positivo, potencializando o engajamento de alunos com outros diagnósticos, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), inseridos na mesma sala de aula, quando bem fundamentada, beneficia o coletivo acadêmico em sua totalidade.

Este artigo teve como objetivo relatar uma experiência da prática docente, realizada no ano de 2025, em um curso de graduação em Psicologia de uma instituição privada situada no interior do estado de São Paulo. O foco do relato concentra-se no acompanhamento de uma estudante com paralisia cerebral, analisando como o estabelecimento de vínculos e a identificação de demandas específicas podem servir de alicerce para a superação de obstáculos no aprendizado.

Como conclusão, por meio da percepção da prática pedagógica docente universitária, verificou-se que a mediação individualizada e o estabelecimento de vínculos permitiram não apenas compreender as necessidades discentes, mas assegurar a permanência e a conclusão da disciplina, na qual a discente estava inserida. Esse processo fomenta uma nova relação do sujeito com o conhecimento e potencializa suas interações sociais.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo relatar uma experiência da prática docente realizada no ano de 2025, em um curso de graduação em Psicologia de uma instituição privada situada no interior do estado de São Paulo. O foco do relato concentra-se no acompanhamento de uma estudante com paralisia cerebral, analisando como o estabelecimento de vínculos e a identificação de demandas específicas podem servir de alicerce para a superação de obstáculos no aprendizado.

METODOLOGIA

Este estudo teve como objetivo compartilhar uma experiência da prática docente junto a uma discente com paralisia cerebral, com ênfase nas suas limitações físicas. A experiência advém de uma disciplina ministrada no curso de Graduação em Psicologia em uma instituição privada no município de Sorocaba, interior do estado de São Paulo.

O relato da experiência ancora-se em pesquisa bibliográfica, sendo descritiva, exploratória e qualitativa, sendo fundamentada pelos estudos de Minayo e Sanches (1993). Por meio deste percurso, visou-se contribuir com futuras discussões acerca da inserção de discentes nos cursos de nível superior, como a Graduação, sendo este uma extensão do Ensino Médio, etapa que encerra o ciclo da educação básica no Brasil (Brasil, 1996).

As etapas das ações envolvidas para com a discente serão descritas na sequência de forma sucinta e aprofundadas no tópico dos resultados e discussões.

- 1) Aproximação docente *versus* discente: Nesta etapa, a docente realizou aproximação, diálogo e criação de vínculo, de forma a identificar as necessidades, as habilidades e os desejos da discente em relação às demandas apresentadas na disciplina, como por exemplo a realização das avaliações bimestrais.

- 2) Planejamento da adaptação curricular: A docente responsável pela disciplina planejou ações de adaptações frente às necessidades da discente, sendo essas testadas pela própria docente e colocadas em prática junto à discente.
- 3) Avaliação da prática pedagógica: Após o trabalho realizado com a discente, foi realizada uma autoavaliação docente, trazendo à tona suas percepções, a partir do acompanhamento da discente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exegese dos resultados ora apresentada é o amálgama de um processo cíclico e dialógico, alicerçado na abordagem qualitativa e no relato de experiência docente vivenciado em 2025. A fundamentação teórica ancora-se na perspectiva histórico-cultural, de Lev Vygotsky, especificamente no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Sob essa ótica, o docente assume a função de mediador estratégico no processo de ensino-aprendizagem, operando no hiato entre a Zona de Desenvolvimento Real (ZDR), que compreende as funções já amadurecidas e consolidadas pelo discente, e a Zona de Desenvolvimento Potencial, que delinea as capacidades em processo de embrionamento (Vygotsky, 1989).

Nesse cenário, a mediação pedagógica atua como o suporte necessário para que o potencial se converta, gradativamente, em novas estruturas de conhecimento real. Para desvelar como a inclusão se materializou no curso de graduação em Psicologia, os achados foram sistematizados de acordo com o fluxo das intervenções pedagógicas empreendidas. Tal organização permite uma análise minuciosa da superação das barreiras físicas e, primordialmente, das barreiras pedagógicas, evidenciando o papel da instituição e do docente na arquitetura de um ambiente acadêmico verdadeiramente acessível.

O Vínculo como Ponto de Partida

A primeira dimensão dos resultados emerge da aproximação entre docente e discente. Diferente de uma perspectiva puramente clínica da paralisia cerebral, a prática focou na escuta ativa para identificar não apenas as limitações motoras, mas, primordialmente, as potencialidades e os desejos da estudante. Este vínculo foi o catalisador que permitiu a personalização das avaliações bimestrais, transformando o que seria uma barreira em um espaço de demonstração de competências. Os diálogos ocorreram em momentos extras da sala de aula e em outros, ao final do período de aula, preservando um período de escuta individualizada.

A Práxis da Adaptação Curricular

No que tange ao planejamento e à execução das adaptações, os dados revelam um processo de “tentativa e reflexão”. As ações não foram impostas, mas testadas previamente pela docente e validadas em conjunto com a aluna. Essa etapa demonstra que a adaptação curricular no Ensino Superior, embora desafiadora em instituições privadas

com cronogramas rígidos, é viável quando há flexibilidade metodológica e compromisso com o Desenho Universal de aprendizagem.

No que tange à dinâmica de participação da discente, observou-se uma rede de apoio colaborativa constituída por pares. Seus colegas de classe desempenharam um papel ativo na mediação de sua mobilidade física, auxiliando no manejo da cadeira de rodas e no suporte às atividades de registro durante as aulas. Paralelamente, adotou-se a disponibilização antecipada de materiais didáticos e bibliográficos para viabilizar o estudo autônomo por meio de tecnologias de leitura assistiva baseadas em Inteligência Artificial (IA). Tais ferramentas, que integram Processamento de Linguagem Natural (PLN) e Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), transcendem a mera conversão de texto em áudio, permitindo o processamento semântico da informação e a interação dialógica com o conteúdo, o que otimiza a acessibilidade pedagógica.

A principal adaptação curricular concentrou-se nos processos de avaliação bimestral. Considerando a familiaridade prévia da aluna com as ferramentas de IA, foi preparado um notebook e se estruturou um protocolo avaliativo em que a discente utilizou o leitor digital para a recepção dos enunciados e das alternativas, utilizando-se de um fone de ouvido. A resposta era verbalizada a um mediador (docente), para o devido registro no gabarito, garantindo a autonomia no processo de escolha. Relevante ressaltar que tal prática foi conduzida no ambiente regular de sala de aula, atendendo a uma demanda subjetiva da discente. De acordo com seus relatos, a realização de avaliações em espaços segregados gerava sentimentos de inferiorização; portanto, a manutenção do ambiente comum promoveu a inclusão efetiva e preservou o sentimento de pertencimento ao grupo.

No contexto de um curso de graduação com expressivo contingente estudantil, totalizando 75 discentes matriculados na referida turma, observou-se uma postura de cooperação e sensibilidade às demandas de acessibilidade da colega, prevalecendo um ambiente acadêmico inclusivo.

Percepções e Autoavaliação Docente

A autoavaliação da prática pedagógica evidencia a dimensão subjetiva da docente frente aos desafios da inclusão no Ensino Superior. Os resultados sugerem que o acompanhamento da discente transcendeu a resolução de demandas técnicas de acessibilidade, promovendo uma resignificação da identidade docente.

Observou-se que a sensibilidade pedagógica aplicada ao caso de paralisia cerebral gerou externalidades positivas, reverberando no engajamento de estudantes com outros diagnósticos, como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Dislexia. Tal fenômeno corrobora a premissa de que tanto a Educação Básica (Brasil, 1996) quanto o Ensino Superior compartilham a necessidade de um olhar atento às singularidades do sujeito.

Sob a perspectiva da docente, o planejamento das adaptações curriculares consolidou-se como um exercício de pesquisa-ação, no qual a estratégia de “tentativa e

reflexão” permitiu a regulação constante do processo de ensino-aprendizagem. Ao abdicar de modelos impositivos e validar a mediação dialógica, junto a discente, a professora converteu o obstáculo técnico em uma construção pedagógica participativa. Essa postura demonstra que, a despeito do rigor administrativo e dos cronogramas inflexíveis típicos de instituições privadas, a viabilidade da inclusão vincula-se à disposição docente.

No âmbito da gestão da sala de aula, a docente identificou nas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) e nos sistemas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) mediadores estratégicos para a promoção da autonomia. A estruturação de protocolos avaliativos, integrando leitores digitais e fones de ouvido para a recepção de enunciados, permitiu o equilíbrio entre o rigor normativo e a equidade processual. Para a docente, a tecnologia atuou como uma interface de comunicação que preservou a integridade intelectual do exame, eliminando a necessidade de simplificações curriculares que pudessem comprometer a densidade acadêmica da disciplina.

Por fim, a percepção docente enfatiza a relevância da ecologia social no êxito das políticas inclusivas. Ao observar a mobilização orgânica dos demais 74 discentes em uma rede de apoio colaborativa, a professora validou que a inclusão é um constructo coletivo fundado na cultura da alteridade. A decisão ética de manter a avaliação no ambiente comum, em detrimento de espaços segregados, respondeu à necessidade de mitigar sentimentos de inferiorização relatados pela aluna. Para a docente, tal escolha reafirma que a inclusão efetiva se concretiza na ocupação equânime do espaço e do tempo, em que o sentimento de pertencimento é tão imperativo quanto o desempenho cognitivo.

O Efeito Reverberador: Inclusão para Além da Deficiência Física

Um dos resultados mais significativos e inesperados desta experiência foi o “efeito cascata”, observado no coletivo da sala de aula, uma vez que entre os discentes da turma, havia quatro casos de discentes com outras condições singulares. Ao flexibilizar as metodologias e estreitar o vínculo com a estudante com paralisia cerebral, a prática docente acabou por criar um ambiente de segurança psicológica que encorajou o engajamento de outros discentes com necessidades específicas.

Notou-se uma participação mais ativa e autônoma de um aluno com diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que, por exemplo, passou a utilizar como recurso o “abafador de ruídos”, pois sentia-se envergonhado; outro aluno, com diagnóstico de Dislexia, buscou ajuda para melhorar sua leitura e, com isso, elevou suas notas bimestrais; e um outro, ainda, com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), se sentiu mais confortável em um local específico da sala de aula, após a professora sugerir um mapeamento estratégico, mantendo distância da porta e janelas.

Essa reverberação sugere que, ao romper as barreiras pedagógicas para a deficiência física, o docente naturalmente adota estratégias que beneficiam a subjetividade dos sujeitos. Assim, a inclusão deixa de ser um atendimento clínico individualizado para se tornar uma qualificação da experiência acadêmica coletiva, validando a premissa de que

o suporte à diversidade no Ensino Superior é, fundamentalmente, uma questão de justiça curricular e acolhimento das individualidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada demonstra que a efetiva inclusão de discentes com deficiência no Ensino Superior transcende a garantia do acesso legal, consolidando-se na esfera da permanência e do sucesso acadêmico.

O estudo evidencia que a mediação pedagógica individualizada, pautada no estabelecimento de vínculos e na escuta ativa, é o alicerce fundamental para a superação de barreiras que vão além da infraestrutura arquitetônica, atingindo as dimensões atitudinais e pedagógicas.

A prática docente fundamentada na “prática reflexiva”, revelou que a adaptação curricular é viável em instituições privadas com cronogramas rígidos, desde que amparada pela flexibilidade metodológica e pelo compromisso social.

A integração estratégica de tecnologias assistivas, como a Inteligência Artificial, o Processamento de Linguagem Natural e o OCR, mostrou-se essencial para promover a autonomia discente, garantindo a equidade nos processos avaliativos sem comprometer o rigor e a densidade intelectual da formação acadêmica.

Por fim, verificou-se que a inclusão bem fundamentada gera um “efeito reverberador” positivo para todo o coletivo. As estratégias adotadas não apenas mitigaram o sentimento de inferiorização da aluna com paralisia cerebral ao mantê-la no ambiente comum de avaliação, mas também potencializaram o engajamento de alunos com outras individualidades como TEA, Dislexia e TDAH.

Assim, conclui-se que a educação inclusiva qualifica a experiência acadêmica coletiva, reafirmando o papel do docente como mediador de um ambiente pautado na alteridade, no pertencimento e na justiça curricular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2024**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino **técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de**

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026.

GUIMARÃES Maria Cecília A.; BORGES, Adriana Araújo; PETTEN, Adriana Maria V. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.27, e0059, p.935-952, 2021. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0059>. Acesso em: 02 fev. 2026.

Ministério da Educação e Cultura. **Resolução Conselho Nacional de Educação Nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 13 fev.2026.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set.1993. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v9n3/02.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Disponível em: https://estudosdotrabalho.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/vygotski_formacaosocialmente.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.